

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	10
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	13
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	15
2.5 Medições não contábeis	16
2.6 Eventos subsequentes as DFs	18
2.7 Destinação de resultados	19
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	23
2.10 Planos de negócios	24
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	26
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	27
5.2 Descrição dos controles internos	29
5.3 Programa de integridade	31
5.4 Alterações significativas	34
5.5 Outras informações relevantes	35

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

O Grupo Lupatech busca superar a crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios, através de um processo de Recuperação Judicial com o intuito de preservar a sua atividade empresarial, recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos.

Em 2022, a Lupatech cresceu sua receita líquida em 18%. Foram 15% em Válvulas e praticamente 100% em Cabos e Compósitos. São percentuais expressivos, mas que ainda não espelham todo o potencial de demanda dos nossos mercados. A carteira de pedidos firmes encerrou o ano de 2022 em R\$ 74 milhões, sendo que no ano anterior o número era de R\$ 55 milhões – um salto de 35%. Essa carteira representa uma proporção relevante em relação às receitas de 2022.

A rentabilidade das vendas do ano, medida pela margem bruta, foi de 23%, representando uma queda em relação ao ano anterior (27,1%). A principal razão para a margem mais baixa no período foi o custo mais alto na aquisição de insumos, decorrente da súbita escalada inflacionária internacional e da decisão de adquirir localmente, a um custo maior, certos componentes e materiais, evitando os prazos mais longos e incertos de importação, a fim de mitigar atrasos nas entregas a clientes.

No ano de 2022, foi apurado um lucro líquido de R\$ 55 milhões, o qual teve a contribuição positiva do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição passíveis de aproveitamento por rentabilidade futura. A Lupatech e suas controladas possuem direitos de compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da casa de R\$ 1.9 bilhões, sendo cerca de metade desse valor na Lupatech S.A. Esse aproveitamento é limitado à compensação de 30% do lucro tributável de cada exercício. À alíquota vigente de 34%, esse crédito poderia representar uma economia tributária da ordem de R\$ 630 milhões. Para efeitos contábeis, o registro do direito à conta de impostos diferidos no ativo da Companhia respeita parâmetros de estimativas técnicas e normas contábeis, de sorte que foi reestabelecido no atual balanço um saldo de R\$ 103 milhões.

Em dezembro de 2022, a Companhia submeteu pedido de adesão ao Programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrições da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - QuitaPGFN, instituído pela Portaria PGFN 8.798/2022 ("QuitaPGFN"). O QuitaPGFN permite, entre outros, a quitação antecipada de saldos de acordos de transação combinando pagamentos em dinheiro e com créditos de prejuízo fiscal do Imposto de Renda e de base negativa da CSLL. A utilização dos referidos créditos abarca até 70% (setenta por cento) do saldo devedor dos acordos de transação incluídos no pedido, proporcionando um benefício de redução no saldo de passivos tributários de R\$ 20,9 milhões então parcelados para pagamento em dinheiro. Após o abatimento com créditos tributários, deverão ser pagos em dinheiro R\$ 8,5 milhões divididos em 12 (doze) parcelas mensais. Os pleitos de adesão da Companhia foram substancialmente deferidos.

Em janeiro de 2023, a Companhia apresentou em juízo pedido de encerramento do seu processo de recuperação judicial. Em 14 de março de 2023, foi prolatada sentença decretando o encerramento da recuperação judicial.

O encerramento da recuperação judicial é um marco relevante na história da companhia. O pedido foi efetuado em 25 de maio de 2015, de sorte que o esforço de reestruturação dos passivos e das operações da companhia durou quase 8 anos. Espera-se, naturalmente, que o fim do processo tenha impacto positivo na relação da companhia com seus clientes, fornecedores, investidores e financiadores, tendo em vista as limitações que a situação da companhia impunha a esses parceiros.

Oportunidades estratégicas de acelerar a retomada da atividade e/ou mitigar riscos de continuidade por meio de fusões e aquisições são continuamente monitoradas pela Administração.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	2021	2022
Ativo Circulante	231.140	181.288
Ativo Não Circulante	271.886	391.814
Passivo Circulante	85.303	118.650
Passivo Não Circulante	272.652	266.746
Liquidez Corrente	2,71	1,53
Liquidez Geral	1,41	1,49
Dívida Líquida	109.641	142.483
EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas	(770)	(3.349)
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	Inferior a zero	Inferior a zero

O endividamento financeiro total apresentou aumento de 16%, comparando o exercício de 2022 ao exercício de 2021. Devido, principalmente à captação de recursos junto a instituições financeiras para financiar a expansão da atividade.

b. estrutura de capital

A Estrutura de Capital, compreende o Patrimônio Líquido (capital dos acionistas) e o Endividamento Financeiro Total (capital de terceiros). A composição da Estrutura de Capital é calculada dividindo o Patrimônio Líquido pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Para calcular o percentual de Patrimônio Líquido na Estrutura de Capital, divide-se o Endividamento Financeiro Total pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Outras companhias podem calcular a Estrutura de Capital de maneira diferente.

Adicionalmente, o Endividamento Financeiro Total corresponde à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos à recuperação judicial) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos a recuperação judicial).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)	2021	2022
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	357.955	385.396
Endividamento Financeiro Total	128.818	155.654
Outros passivos circulante e não circulante	229.137	229.742
Patrimônio Líquido	145.071	187.706
Estrutura de Capital		
% Patrimônio Líquido	53,0%	54,7%
% Endividamento Financeiro Total	47,0%	45,3%
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	357.955	385.396
Passivo Total	503.026	573.102
% Passivo Total (Capital de Terceiros)	71,2%	67,2%

A Companhia encerrou o exercício de 2022 com Estrutura de Capital composta de 45,3% de Endividamento Financeiro Total e 54,7% de Patrimônio Líquido. Em 2021 a Companhia possuía Estrutura de Capital composta de 47% de Endividamento Financeiro Total e 53% de Patrimônio Líquido. O Endividamento Financeiro Total atualmente é composto por credores da Recuperação Judicial (Instituições Financeiras),

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES, Títulos Descontados com coobrigação e Títulos de Crédito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Atualmente, 71,1% do valor total do endividamento encontra-se no longo prazo, reduzindo significativamente a pressão de curto prazo no caixa da empresa para pagamento de tal endividamento.

O endividamento de curto prazo corresponde a dívidas com o BNDES, Títulos de Crédito e Títulos Descontados com coobrigação. Demais montantes, correspondem a dívidas que serão pagas de acordo com o Plano de Recuperação Judicial.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	2021	2022
(Em milhares de R\$)		
Endividamento Financeiro de Curto Prazo - Não Sujeito à Recuperação Judicial	34.870	49.977
Endividamento Financeiro de Curto Prazo - Sujeito à recuperação Judicial	3.361	4.331
Endividamento Financeiro de Longo Prazo - Não Sujeito à Recuperação Judicial	-	5.820
Endividamento Financeiro de Longo Prazo - Sujeito à Recuperação Judicial	90.587	95.526
Endividamento Financeiro Total	128.818	155.654

No quadro abaixo está listado o principal indicador de capacidade de pagamento de dívida utilizado pela Companhia: nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	2021	2022
Dívida Líquida	109.641	142.483
EBITDA Ajustado	(770)	(3.349)
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Inferior a zero	Inferior a zero

A geração de caixa operacional negativa medida pelo EBITDA dos dois últimos exercícios, mostra a insuficiência de geração de caixa para saldar compromissos. Tal fato, previsto no plano de negócios, vem sendo contornado com diversas medidas voltadas para o aumento da liquidez da companhia, principalmente a venda de ativos e a recuperação de créditos contingentes e tributários.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos que a Companhia utilizou no curso regular de seus negócios para as necessidades de capital, foram o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, assim como, a monetização na venda de ativos imobilizados.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia vem se utilizando de crédito lastreado em direitos creditórios performados e a performar para o financiamento das suas atividades produtivas. Além disso são perseguidas fontes alternativas como a venda de ativos, a recuperação de créditos pela via judicial, e operações de mercado de capitais. No que tange ao

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

mercado de capitais, a título ilustrativo, em março de 2023, a Companhia firmou um acordo de investimento com a BPS Capital Gestão de Ativos S.A. para a subscrição de debêntures conversíveis conjugadas com bônus de subscrição, em oferta privada, visando o reforço e adequação da estrutura de capital da empresa. A operação visa, ambas, a injeção de novos recursos para suporte do plano de negócios e a conversão de dívida em capital. Concomitantemente às tratativas com a BPS a empresa deu início a uma oferta privada de ações dirigida exclusivamente à sua base acionária.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

31/12/2021									31/12/2022					
			Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sujeito à Recuperação Judicial														
Moeda nacional														
Credores com garantia real (Classe II)	FIXO	3,00% a.a. + TR	1.495	40.657	42.152	1.495	40.657	42.152	1.495	39.001	40.496	1.495	39.001	40.496
(-) Ajuste a valor presente			-	(20.647)	(20.647)	-	(20.647)	(20.647)	-	(18.200)	(18.200)	-	(18.200)	(18.200)
Credores quirografários (Classe III)	FIXO	3,3% a.a. + TR	1.118	85.624	86.742	1.118	85.624	86.743	1.816	86.340	88.156	1.816	86.340	88.156
(-) Ajuste a valor presente			-	(47.821)	(47.821)	-	(47.821)	(47.821)	-	(45.311)	(45.311)	-	(45.311)	(45.311)
Moeda estrangeira														
Credores quirografários (Classe III)	FIXO	0,4% a.a	-	-	-	748	83.466	84.214	-	-	-	1.020	78.759	79.779
(-) Ajuste a valor presente			-	-	-	-	(50.692)	(50.692)	-	-	-	-	(45.063)	(45.063)
			2.613	57.813	60.426	3.361	90.587	93.949	3.311	61.830	65.141	4.331	95.526	99.857
Não sujeito à Recuperação Judicial														
Moeda nacional														
Capital de giro / expansão	TJLP	7,37% a.a.	5.034	-	5.034	8.648	-	8.648	5.034	-	5.034	8.648	-	8.648
Títulos descontados com coobrigação	FIXO	1,51% a.m.	6.313	-	6.313	6.501	-	6.501	10.107	-	10.107	10.826	-	10.826
FGI	FIXO	1,83% a.m	-	-	-	-	-	-	4.763	5.820	10.583	4.763	5.820	10.583
Cessão fiduciária de recebíveis	FIXO	2,04% a.m	-	-	-	-	-	-	10.877	-	10.877	10.877	-	10.877
Créditos com garantia fiduciária de direitos creditórios	FIXO	2,01% a.m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.083	-	2.083
Capital de Giro	FIXO	1,90% a.m	2.201	-	2.201	17.202	-	17.202	199	-	199	10.260	-	10.260
Moeda estrangeira														
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	1.214	-	1.214	2.519	-	2.519	1.214	-	1.214	2.519	-	2.519
			14.762	-	14.762	34.870	-	34.870	32.194	5.820	38.014	49.977	5.820	55.797
			17.375	57.813	75.188	38.231	90.587	128.819	35.505	67.650	103.155	54.308	101.346	155.654

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e Financiamentos Não Sujeitos à Recuperação Judicial

Por meio de Fatos Relevantes em 2022, a Companhia divulgou a contratação de empréstimos e financiamentos, bem como emissão de cédulas de crédito bancário, notas de crédito à exportação, assinatura de contratos de câmbio, derivativos e respectivos aditivos, inclusive todas as suas repactuações e renegociações, conforme segue:

Fato Relevante de 25 de agosto de 2022 - Banco BOCOM BBM S/A ("Banco BBM") no valor de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e Banco Sofisa S/A no valor de até R\$ R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ficando também aprovada a contratação por período superior ou igual a 36 (trinta e seis).

Fato Relevante de 01 de setembro de 2022 - Banco Daycoval no valor de até R\$ R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ficando também aprovada a contratação por período superior ou igual a 36 (trinta e seis).

Empréstimos e Financiamentos Sujeitos à Recuperação Judicial

A fim de equacionar os efeitos de uma prolongada crise financeira em que se imergiu, a Lupatech S.A e suas controladas diretas e indiretas ("Grupo Lupatech") ajuizaram pedido de Recuperação Judicial 25 de maio de 2015, que veio a ser processado perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo e deferido em 22 de junho de 2015.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Plano de Recuperação Judicial ("Plano") foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 08 de novembro de 2016 e subsequentemente homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo em 19 de fevereiro de 2017.

O Plano foi objeto de dois aditamentos, aprovados e homologados judicialmente em 30 de novembro de 2018 e 26 de novembro de 2020, respectivamente.

Em 14 de março de 2023 foi prolatada decisão determinando o encerramento da Recuperação Judicial. A partir do encerramento, cessa o acompanhamento das atividades pelo Juízo, bem como a ele deixam de se sujeitar as decisões relativas à disposição de bens do ativo permanente. O pagamento dos créditos sujeitos, quer tenham sido habilitados quer sejam objeto de controvérsia judicial, deve ser realizado nos termos do Plano.

A recuperação judicial teve por principais objetivos o equacionamento dos créditos sujeitos ao Plano, que foram parte quitados com a dação em pagamento de Bônus de Subscrição e parte pagos ou reescalados como detalhado no quadro a seguir:

Classe de Credores	Condição de Pagamento	Taxa de Juros*	Prazo
I - Trabalhistas	Dinheiro ou Ações de Sociedade de Propósito Específico (SPE) até o limite de 150 salários-mínimos vigentes em maio de 2015; o excedente em Bônus de Subscrição	Não aplicável	12 meses da habilitação do crédito
II - Garantia Real	35% em Bônus de Subscrição, 65% em dinheiro	TR + 3% a.a.	Janeiro de 2032
III - Quirografários	Moeda nacional: 50% em Bônus de Subscrição, 50% em dinheiro Moeda estrangeira: 70% em Bônus de Subscrição, 30% em dinheiro	Moeda nacional: TR + 3,3% a.a Moeda estrangeira: Var. Cambial + 0,4% a.a. p/ créditos em moeda estrangeira	Janeiro de 2033**
IV - Micro e Pequenas Empresas	50% em Bônus de Subscrição, 50% em dinheiro	TR + 3% a.a.	Janeiro de 2032

*TR=Taxa Referencial

**Os créditos que se tornarem aptos ao pagamento retardatariamente sujeitam-se ao cronograma de pagamentos de 180 meses a partir da data em que se tornarem aptos. A depender da variação cambial, o pagamento de variação cambial e juros dos créditos em moeda estrangeira pode exceder o prazo indicado.

O principal é pago em parcelas trimestrais fixas em reais segundo gradiente de crescimento estabelecido no Plano. Os juros e a variação cambial são pagos: (a) Classes II e IV: em uma parcela 30 dias após o vencimento do principal ou; (b) Classe III: em 4 parcelas trimestrais após o vencimento do principal, para os créditos em moeda nacional, ou tantas parcelas quanto for o valor da última parcela do principal correspondente, no caso de créditos em moeda estrangeira.

A parcela a ser paga em dinheiro, que corresponde a 65% dos créditos da Classe II, 50% dos créditos em moeda nacional das Classes III e IV, e 30% dos créditos em moeda estrangeira listados na Classe III, sofrem incidência de juros e variação cambial às taxas indicadas no quadro acima.

A parcela paga em Bônus de Subscrição corresponde à 35% dos créditos da Classe II, 50% dos créditos em moeda nacional das Classes III e IV, e 70% dos créditos em moeda estrangeira listados na Classe III. Os Bônus de Subscrição necessários ao adimplemento da obrigação foram emitidos pela Companhia, tendo sido

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

escriturados em favor dos credores ou mantidos em tesouraria por determinação judicial no caso dos credores cujas informações cadastrais encontravam-se incompletas ou irregulares. Os Bônus de Subscrição foram dados em pagamento à razão de 1 (um) Bônus para cada R\$ 100 (cem reais) de créditos listados. Cada Bônus dá ao detentor o direito, mas não a obrigação, de subscrever uma ação ao preço de R\$ 0,88 por ação, até a data de 28 de outubro de 2025.

Foram emitidos ao todo 4.352.503 Bônus de Subscrição, dos quais 2.292.758 foram registrados em nome dos respectivos credores 1.482.487 encontram-se em tesouraria como lastro aos Subscription Warrants emitidos nos EUA pela Lupatech Finance e 577.258 estão em tesouraria da Companhia para entrega aos credores que não apresentaram informações cadastrais requeridas para a escrituração ou reservados para fazer face à créditos contingentes.

As informações relativas à Recuperação Judicial estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico

<https://ri.lupatech.com.br/pt/recuperacao-judicial>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não continha eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Com evidência em volume de descontos recentes, o limite para descontos de duplicatas junto a instituições financeiras foi de R\$ 15 milhões. Os vencimentos raramente superam 90 dias, portanto os valores tomados costumam ser baixos dentro do limite e variar continuamente. As instituições não são obrigadas contratualmente a aceitar as duplicatas.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pela CVM.

As demonstrações financeiras de 2022 foram auditadas pela **BDO RCS Auditores Independentes** e a demonstrações financeira de 2021 foram auditadas pela **Crowe Macro Auditores Independentes**.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as principais variações nas demonstrações de resultado ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) aumento de Receita Líquida; (ii) aumento de Receitas/Despesas Operacionais; (iii) redução do Resultado Financeiro Líquido e (iv) aumento de Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ mil)	2021	2022
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	93.553	110.390
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(68.310)	(85.143)
Resultado Bruto	25.243	25.247
Receitas/Despesas Operacionais	(74.288)	(84.435)
Com Vendas	(9.217)	(10.232)
Gerais e Administrativas	(21.946)	(22.765)
Remuneração dos Administradores	(3.842)	(4.751)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(39.283)	(46.687)
Resultado Financeiro Líquido	7.075	(10.297)
Receitas Financeiras	44.486	13.161
Despesas Financeiras	(23.310)	(39.297)
Variação Cambial Líquida	(14.101)	15.839
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(41.970)	(69.485)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(4)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	634	124.351
Lucro (Prejuízo) Líquido	(41.340)	54.866

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços:

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 110,4 milhões no exercício de 2022, sendo R\$ 16,8 milhões, ou 18% maior que a receita líquida consolidada de 2021.

Segmento de Produtos:

O Segmento de Produtos apresentou um aumento de 17% comparando o exercício de 2022 com o exercício de 2021. Esses resultados o êxito nos esforços comerciais empreendidos no período e a retomada da unidade de compósitos, com o fornecimento de camisas de revestimento e tubos de produção de petróleo. No período houve também o início da oferta de cabos navais no mercado, com vendas e entregas concretizadas.

Segmento de Serviços:

As transações que compõe este segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se as operações regulares.

Despesas com Vendas:

As Despesas com Vendas referem-se ao Segmento de Produtos e aumentaram 11% no exercício de 2022 em comparação com o de 2021, passando de R\$ 9,2 milhões em 2021 para R\$ 10,2 milhões em 2022. O aumento foi principalmente, para suportar o crescimento das vendas e a evolução dos custos logísticos e comissões.

Despesas Gerais e Administrativas:

As Despesas Gerais e Administrativas aumentaram 3,7% no exercício de 2022 em comparação com 2021, passando de R\$ 21,9 milhões em 2021 para R\$ 22,8 milhões em 2022, o aumento é decorrente, principalmente de gastos municipais antes isentos.

Os Honorários dos Administradores aumentaram 23,6% no comparativo do exercício de 2022 com o de 2021, passando de R\$ 3,8 milhões em 2021 para R\$ 4,7 milhões em 2022. O aumento, é devido a apuração e crédito de remuneração variável relativos ao ano 2021 e ao Plano de Incentivo de Longo Prazo de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras Receitas (Despesas) Operacionais:

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais variaram significativamente no exercício de 2022 em comparação com 2021, passando de R\$ 39,2 milhões de despesa em 2021 para R\$ 46,7 milhões de despesa em 2022.

As Outras Receitas Operacionais tiveram uma redução de R\$ 34,5 milhões no exercício de 2022 em comparação com 2021, passando de R\$ 60,3 milhões para R\$ 25,8 milhões. As principais receitas ocorridas em 2022 foram: (i) 9,9 milhões de reversão de impairment de ativos; (ii) R\$ 6,4 milhões referentes receita na venda de ativo imobilizado; (iii) R\$ 5,2 milhões de recuperação de tributos (Pis e Cofins s/ ICMS), obsolescência e perdas extraordinárias com estoques, e (iv) R\$ 4,3 milhões de reversão de estimativa com processos judiciais.

As Outras Despesas Operacionais tiveram uma redução de R\$ 27,1 milhões no exercício de 2022 em comparação a 2021, passando de R\$ 99,6 milhões em 2022 para R\$ 72,5 milhões em 2022. As principais despesas em 2022 foram: (i) R\$ 19,2 de ociosidade de produção; (ii) R\$ 15,6 milhões de impairment de ativos; (iii) R\$ 13,8 milhões de: (a) obsolescência, (b) perdas extraordinárias com estoques, (c) reconhecimento de impostos e recuperação de tributos, e (d) ajustes de saldos de créditos junto a cliente; (iv) R\$ 13,1 milhões de custo na venda de ativo imobilizado; (v) R\$ 6,7 de atualizações de contingências e processos judiciais e (vi) R\$ 4,1 milhões de reconhecimento de depreciação de imóveis como propriedade para investimento para atender as normas contábeis de combinação de negócios.

Resultado Financeiro Líquido:

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2022 atingiu R\$ 13,1 milhões versus R\$ 44,5 milhões no exercício de 2021. A redução se explica, principalmente pelo registro de Ajuste a Valor Presente e reconhecimento do Procedimento Arbitral CSL no Balanço Patrimonial de 2021, ano em que a Companhia se sagrou vencedora. Em 2022 foi registrado atualização monetária do referido processo.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) aumentou R\$ 16 milhões no exercício de 2022 em comparação com o de 2021, atingindo R\$ 39,3 milhões no ano de 2022 versus R\$23,3 milhões em 2021. A variação se deve principalmente à (i) Ajuste a Valor Presente; (ii) juros sobre fornecedores e empréstimos da Recuperação Judicial, e (iii) multas e juros de mora sobre débitos tributários parcelados.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2022 resultou em receita de R\$ 15,8 milhões versus uma despesa de R\$ 14,1 milhões no exercício de 2021 afetada pela valorização da moeda estrangeira frente ao Real. As variações cambiais são predominantemente resultantes da sua incidência sobre saldos entre companhias do grupo no exterior. A oscilação do câmbio afeta em direção contrária a tradução em Reais do patrimônio dessas entidades, pelo que há contrapartidas das variações cambiais contabilizadas diretamente no patrimônio líquido da empresa, sem transitar por contas de resultado.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2022 resultou em despesa de R\$ 10,3 milhões versus uma receita de R\$ 7,1 milhões em 2021.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício:

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2022 foi lucro de R\$ 54,9 milhões comparado com o prejuízo de R\$ 41,4 milhões em 2021.

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as principais variações de fluxo de caixa ocorreram em função dos seguintes fatores:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	2021	2022
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	(14.632)	(24.517)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento	3.914	4.873
Fluxo de Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	8.879	13.639
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.839)	(6.005)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	21.015	19.176
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	19.176	13.171

Atividades Operacionais:

As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Companhia. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, matérias-primas em estoque, e pagamento de salários, por exemplo.

Em 2022, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou um consumo de R\$ 24,5 milhões, devido principalmente por consumo de créditos tributários para compensação de débitos e encargos financeiros sobre financiamentos.

Atividades de Investimentos:

As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Companhia. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

O saldo total dos investimentos em ativo não circulante como imobilizado, intangível e investimentos, menos os montantes totais de venda de ativos, bem como ativo classificado para propriedade para investimento, totalizaram o montante positivo de R\$ 4,9 para o exercício de 2022 e positivo de R\$ 3,9 em 2021 respectivamente.

A tabela a seguir contém os investimentos realizados e a desmobilização nos períodos indicados:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	2021	2022
Efeito Líquido na Alienação de Ativo Imobilizado	1.533	4.552
Adição de Intangível	(76)	(62)
Passivo a Descoberto	(4.280)	-
Propriedade para investimento	6.428	-
Títulos e Valores Mobiliários - Restritos	309	383
Total	3.914	4.873

Atividades de Financiamento:

As atividades de financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Em 2022, houve geração de R\$ 13,6 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente pela captação de recursos junto a instituições financeiras, para financiar a expansão da atividade. Em 2021, a geração de caixa nas atividades de financiamento foi R\$ 8,9 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

- a. sobre os resultados das operações do emissor, em especial: descrição de quaisquer componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Exercício de 2022

Iniciamos o ano de 2022 bastante otimistas, antecipando a distensão das restrições operacionais impostas pela Pandemia, retomada da atividade na indústria petroleira, e recuperação econômica.

Mas não foi esse cenário o que se materializou. Como reportado no transcurso do ano, foram marcantes as consequências do surto da variante Covid Omicron entre o final de 2021 e início de 2022, e logo em seguida os enormes problemas trazidos pela eclosão de surtos de Covid na China, com a imposição de lockdowns draconianos em partes importantes daquele país. Não bastando, tivemos também a deflagração da guerra da Ucrânia em fevereiro de 2022.

Esses eventos tiveram efeitos muito relevantes sobre a nossa cadeia de suprimentos, afetando sobremaneira os tempos de fabricação e de transporte, o capital de giro empregado nas operações e os custos de aquisição de materiais e serviços.

Muito embora a normalização das cadeias produtivas e de transporte venha ocorrendo paulatinamente, grande parte da indústria enfrenta ainda atrasos, custos imprevistos e outros.

O panorama político econômico do país, que era positivo no início do ano, transfigurou-se em uma eleição embebida numa crise institucional que ainda não se dissipou. O panorama macroeconômico de médio prazo permanece incerto, sendo visível que o curto prazo será bastante restritivo do ponto de vista monetário.

Mas mesmo numa economia débil, há ganhadores e perdedores. E mais, cada setor de atividade tem sua dinâmica própria de crescimento e competição, o que permite que alguns performem melhor que os outros e do que a economia em geral.

É o caso. Em 2022, apesar dos revezes, a Lupatech cresceu sua receita líquida em 18%. Foram 15% em Válvulas e praticamente 100% em Cabos e Compósitos. São percentuais expressivos, mas que ainda não espelham todo o potencial de demanda dos nossos mercados.

Em Válvulas, há muita demanda por ser gerada pelos investimentos offshore do pré-sal, pela retomada da produção terrestre e pelos investimentos em infraestrutura para distribuição de gás e para o seu consumo. O panorama para o setor de saneamento é de hesitação política, mas também traz oportunidades, que vimos acompanhando com atenção.

Em Cabos e Compósitos, temos espaço para crescimentos ainda mais agressivos. Conseguimos iniciar nossas atividades de fornecimento de cabos navais, e vamos perseguir um market share expressivo nesse mercado de dezenas de milhões anuais. Ainda não retomamos o fornecimento de cabos de ancoragem de plataformas, o que pode representar um salto expressivo de receita, considerando que cada projeto de ancoragem representa vendas na casa dos US\$ 10 milhões. A demanda e as nossas vendas de tubos de revestimento de fibra de vidro têm crescido consistentemente. Conseguimos também nos introduzir no negócio de fornecimento de postes de fibra de vidro, com contratos já implementados junto à 3 concessionárias de energia.

Nossa carteira de pedidos firmes encerrou o ano de 2022 em R\$ 74 milhões, sendo que no ano anterior o número era de R\$ 55 milhões – um salto de 35%. Essa carteira representa uma proporção relevante em relação às receitas de 2022, de sorte que se considerado que o ano de 2023 se inicia com essa carteira e mais um saldo de contratos sem obrigação de compra de R\$ 88 milhões, há uma perspectiva positiva de crescimento para 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A rentabilidade das vendas do ano, medida pela margem bruta, foi de 23%, representando uma queda em relação ao ano anterior (27,1%). A principal razão para a margem mais baixa no período foi o custo mais alto na aquisição de insumos, decorrente da súbita escalada inflacionária internacional e da decisão de adquirir localmente, a um custo maior, certos componentes e materiais, evitando os prazos mais longos e incertos de importação, a fim de mitigar atrasos nas entregas a clientes. Entendemos que ambos os efeitos são transitórios, sendo opostos a curto e médio prazos pelo repasse de custos aos preços em novos contratos e pelos reajustes contratuais periódicos.

O EBITDA Ajustado foi afetado pela queda da rentabilidade das vendas, explicada acima. O EBITDA Ajustado de Produtos, embora menor, permaneceu em território positivo.

No ano foi apurado um lucro líquido de R\$ 55 milhões, o qual teve a contribuição positiva do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição passíveis de aproveitamento por rentabilidade futura.

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2022 atingiu R\$ 110,4 milhões versus R\$ 93,5 milhões apurados no exercício de 2021. No Segmento de Produtos tivemos um incremento nas vendas de 17% no comparativo de 2022 com 2021. A receita gerada em Cabos e Compósitos em 2022 espelha a retomada da unidade de compósitos, com o fornecimento de camisas de revestimento tubos de produção de petróleo. No período houve também o início da oferta de cabos navais no mercado, com vendas e entregas concretizadas. As receitas que compõe o Segmento de Serviços são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se as operações regulares.

O Lucro Bruto no exercício de 2022 foi positivo em R\$ 25,2 milhões.

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 39,3 milhões de despesa em 2021 para R\$ 46,7 milhões de despesa em 2022. A movimentação de 2022 está relacionada, principalmente aos seguintes fatores: (i) R\$ 3,2 milhões de efeito líquido positivo na alienação de ativos imobilizados; (ii) R\$ 15,6 milhões do reconhecimento de impairment sobre outros ativos; (iii) R\$ 19,3 milhões de despesas com ociosidade de produção; (iv) R\$ 4,9 milhões com obsolescência e perdas extraordinárias com estoques. (v) R\$ 2,4 mil corresponde ao efeito líquido negativo por atualizações de processos contingentes de acordo com a análise dos assessores jurídicos; (vi) R\$ 3,8 milhões correspondente ao efeito líquido negativo oriundos do reconhecimento de impostos e recuperação de tributos, e ajustes de saldos de créditos junto a cliente e fornecedores; (vii) R\$ 4,1 milhões de reconhecimento de depreciação de imóveis como propriedade para investimento para atender as normas contábeis de combinação de negócios.

O Resultado Financeiro total de 2022, foi negativo em R\$ 10,3 milhões versus um resultado positivo de R\$ 7,1 milhões em 2021. Devido, principalmente, ao reconhecimento no exercício de 2021 do ganho pela sentença arbitral, por violação de acordo de não concorrência firmado quando da aquisição da unidade de Cabos.

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades foi negativo em R\$ 2,2 milhões no exercício de 2022 ante resultado negativo de R\$ 0,8 milhões em 2021.

- b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos podem ser altamente customizados, o que afeta a precificação a cada novo projeto em que se participa.

Em 2022, em decorrência do surto inflacionário global, houve acomodação progressiva dos preços para buscar a manutenção do nível de rentabilidade. Os preços praticados levam em conta sempre o custo dos insumos importados à taxa de câmbio vigente, assim que naturalmente ocorre um acompanhamento das variações do câmbio, mas que é percebido paulatinamente, pois as entregas ocorrem com um tempo

2.2 Resultados operacional e financeiro

considerável da fixação dos preços. Houve a introdução de novos produtos e serviços, mas não tiveram impacto relevante na receita.

- c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Durante 2022 houve erosão de margens devido ao surto inflacionário global. O aumento de insumos não pode ser repassado instantaneamente aos preços, pois em boa parte são contratados de forma fixa. O repasse acontece em vendas futuras. O impacto se observou pela redução da margem bruta de 27% para 22,9% entre 2021 e 2022.

Em termos de resultado financeiro, a variação cambial sobre dívidas de pagamento de insumos costuma resultar pouco impacto, pois a estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado. Além do que muitos pagamentos são feitos à vista ou antecipados. Já, a variação cambial sobre a posição de endividamento em moeda estrangeira, impacta o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social. As taxas de juros também impactam o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social, na medida em que sua variação impacta diretamente o valor de juros a pagar e a despesa financeira.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

- a. sobre mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

• Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

• A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou e não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, que possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O auditor externo apresenta em seu relatório ênfase relativa à continuidade operacional, em razão do histórico de resultados recentes da Companhia e da sua recuperação judicial. A Companhia vem há anos se reorganizando e gradualmente melhorando o seu desempenho operacional. Dada a insuficiência da geração de caixa operacional no atual nível de atividade para fazer face às suas obrigações, a empresa requer, de fato como acima mencionado, fontes de externas ou não operacionais para financiar a continuação das atividades.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve aquisição ou alienação de participação societária em 2022 e 2021.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	2021	2022
Produtos	8.923	5.931
Margem	9,6%	5,4%
Serviços	(9.692)	(9.281)
Margem	n/a	n/a
Total	(770)	(3.349)
Margem	-0,8%	-3,0%

- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	2021	2022
Lucro Bruto	25.243	25.247
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	(31.163)	(32.997)
Honorários dos Administradores	(3.842)	(4.751)
Depreciação, Amortização e Realização de Ativos	5.431	9.512
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(39.283)	(46.687)
Ebitda das Atividades	(43.614)	(49.676)
Resultado da alienação ou baixa de ativos	7.926	17.326
Provisões com Processos Judiciais	(948)	122
Despesas com ociosidade	11.190	17.938
Processo de Reestruturação e Outras Despesas Extraordinárias	24.677	10.940
Ebitda Ajustado	(770)	(3.349)

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em razão do cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, acredita-se que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Considera-se que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do desempenho financeiro, mas também da capacidade de pagamento dos juros e principal da dívida e para contrair dívidas adicionais para financiar os dispêndios de capital e o capital de giro.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) ou internacionais (IFRS), e não deve ser considerado como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e a definição de EBITDA adotado pela Companhia pode não ser comparável com a definição de EBITDA utilizada por outras companhias. Porém, uma vez que o EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os lucros ou prejuízos, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade.

2.5 Medições não contábeis

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes ou excepcionais, segundo avaliação e estimativas da administração.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Nas demonstrações financeiras publicadas referente ao ano de 2022 constam os eventos subsequentes abaixo replicados. Não houve quaisquer eventos posteriores que tenham o condão de alterar substancialmente o quanto lá divulgado.

Encerramento da Recuperação Judicial

Em 13 de janeiro de 2023, conforme Fato Relevante, a Companhia protocolou junto à 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o pedido de encerramento do processo de Recuperação Judicial da Lupatech S.A e suas controladas, o qual foi decretado em 14 de março de 2023 conforme sentença prolatada no processo.

Acordo Vinculante da BPS Capital Gestão de Ativos S.A para Investimento na Companhia

Conforme Fatos Relevantes de 07 de fevereiro e 24 de março de 2023, a Companhia firmou um acordo vinculante com a BPS para a subscrição de debêntures conversíveis conjugadas com bônus de subscrição, em oferta privada, visando o reforço e adequação da estrutura de capital da empresa. A operação visa, ambas, a injeção de novos recursos para suporte do plano de negócios e a conversão de dívida em capital.

Concomitantemente às tratativas com a BPS a empresa deu início a uma oferta privada de ações dirigida exclusivamente à sua base acionária.

Em 24 de março a companhia firmou contrato definitivo com a BPS para a subscrição de até R\$ 10 milhões de reais de uma oferta privada de debêntures de R\$ 25 milhões, conjugada com a emissão de Bônus de Subscrição que permitem a capitalização de créditos. O acordo se sujeita à condições suspensivas usuais a esse tipo de transação.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Artigo 36. Do resultado do exercício serão deduzidos: (a) os prejuízos acumulados, se houver; (b) a provisão para imposto de renda; (c) participação nos lucros atribuída a empregados, concedida ou não a exclusivo critério do Conselho de Administração, que regulará a matéria; (d) participação nos lucros atribuída aos administradores, observado o que a respeito dispõe o artigo 19 do Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo Único. A participação nos lucros atribuída aos administradores terá por limite o valor correspondente a 10% (dez por cento) dos lucros do exercício ou o somatório da remuneração anual por eles percebida, dos dois o menor.</p> <p>Artigo 37. O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que, observados os limites e condições exigidos por lei, terá a seguinte destinação: I. Reserva Legal, em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, sendo que esta não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; II. Reservas para Contingências, quando caracterizadas as circunstâncias que a justifiquem; III. Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto na legislação aplicável; e IV. Retenção de lucros, conforme proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral.</p>
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Artigo 38. Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado de acordo com o que dispõe o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.</p> <p>Parágrafo 1º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:</p> <p>I. o pagamento de dividendo, à conta do lucro apurado em balanço semestral;</p> <p>II. a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, desde que o dividendo pago em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital; e,</p> <p>III. o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p> <p>Artigo 39. O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar aos acionistas juros sobre o capital próprio, na forma da legislação vigente, os quais serão imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.</p>

2.7 Destinação de resultados

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Anual. Poderemos, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral, distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, desde que o dividendo pago em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital, e o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>No exercício de 2022 a Companhia apresentou resultado líquido de R\$ 54.866 mil (cinquenta e quatro milhões oitocentos e sessenta e seis mil) na controladora e no consolidado. Contudo, haja vista o disposto no artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, não foi apurada a base para cômputo do dividendo obrigatório, isto porque (i) na forma do artigo 36 (a) após a absorção do lucro do exercício, remanesce saldo expressivo na conta de prejuízos acumulados, de R\$ 2.041.877 mil (dois bilhões e quarenta e um milhões e oitocentos e setenta e sete mil reais); e, (ii) ademais, segundo o artigo 36 (b), deduzida a provisão para imposto de renda que é composta unicamente das estimativas relativas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, o resultado do exercício é negativo, em R\$ 69.485 mil (sessenta e nove milhões e quatrocentos e oitenta e cinco mil reais).</p> <p>Dessa forma, além de não ser apurado o dividendo mínimo a distribuir na forma do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração, nos termos do §4º do artigo 202 da Lei 6.404/76, informa que a distribuição de dividendos para o presente exercício é incompatível com a situação financeira da Companhia, haja vista ainda a sua situação iliquidez frente aos desembolsos requeridos para fazer face ao passivo concursal e extraconcursal a curto e médio prazos, devidamente comprovada no processo de recuperação judicial. Portanto, o Conselho de Administração recomendou a não distribuição de dividendos e os acionistas da Companhia aprovaram essa questão, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18/05/2023, às 11hrs, em segunda convocação.</p> <p>O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social Companhia, para o presente exercício, é incompatível com a sua situação financeira, haja vista a sua situação iliquidez frente aos desembolsos requeridos para fazer face ao passivo concursal e extra-concursal a curto e médio prazos, devidamente comprovada no processo de Recuperação Judicial. Portanto, o Conselho de Administração tem recomendado a não distribuição do dividendo obrigatório e o seu registro como reserva especial, nos exatos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76.</p>

2.7 Destinação de resultados

	Portanto, o Conselho de Administração recomendou a não distribuição de dividendos, o que foi aprovado pelos acionistas.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovados, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A política está disponível no Estatuto Social da Companhia desde antes de 2006 e foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. https://ri.lupatech.com.br/pt/assembleias

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (***off-balance sheet items***), tais como:
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iii. contratos de construção não terminada
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme citado acima, não se aplica à Companhia para o período atual.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, não foram definidos orçamentos de capital.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, não foram contemplados investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia persegue a venda de diversos equipamentos utilizados em seu negócio de Serviços. A venda de ditos equipamentos não afeta as operações de Produtos e os fundos dela resultantes viria a reforçar a liquidez da Companhia.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, não foram contemplados investimentos para exercício de 2022.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia desenvolveu novos produtos baseados em outras fibras sintéticas e voltadas para outros espectros de aplicação, como uso naval e a movimentação de cargas. Com a concretização do desenvolvimento iniciaram a comercialização de cabos de fibras de HMPE (*“High Modulus Polyethylene”* ou Polietileno de Alto Módulo) fabricados pela Lupatech Ropes localizada em São Leopoldo – RS. Também foram desenvolvidos postes de fibra de vidro principalmente para a distribuição de energia elétrica e iluminação pública.

Não houve dispêndios de capital relevante no desenvolvimento desses produtos no exercício de 2022.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Sustentabilidade é essencial nos negócios da Lupatech, além de colaborar com a redução de custos, também contribuí para a preservação ambiental e a construção de um planeta melhor para as próximas gerações. Através da adoção de ações sustentáveis que possibilitem o progresso da empresa, sem agredir o meio

2.10 Planos de negócios

ambiente, demonstramos o compromisso com a sociedade e com os nossos valores alinhado com os objetivos de crescimento.

A Lupatech contribui para o crescimento sustentável ao desenvolver soluções inovadoras e de qualidade com os menores impactos possíveis ao meio ambiente. Dentre algumas de nossas iniciativas e compromissos destacamos: Desenvolvimento de um projeto para o reaproveitamento e reuso dos efluentes industriais produzidos pela empresa, além de proporcionar menor custo, a companhia deixa de utilizar água de melhor qualidade no processo de produção.

Realizamos ações de conscientização para que cada um faça sua parte em relação aos recursos naturais, a fim de que não se esgotem para as gerações futuras. Desta forma, promovemos palestras para todos os colaboradores, como por exemplo a Semana de conscientização ambiental e ODS e externamente para escolas.

Buscamos melhorar continuamente os processos e adotar medidas de redução do impacto ambiental e insumos, como por exemplo, através da substituição de lâmpadas de mercúrio e vapor metálico por lâmpadas em Led, entre outras.

Cultivamos um ambiente de respeito à diversidade e aos direitos humanos, respeitando as diferenças entre gênero, cor, raça, idade, orientação sexual, ou qualquer outra condição e não admitimos qualquer prática de discriminação. Estamos comprometidos em adotar as melhores práticas e promover programas de qualidade de vida, de saúde e de segurança para os colaboradores. Bem como, assegurar os recursos necessários a promoção e proteção dos direitos humanos e do trabalho.

Adotamos as melhores práticas de governança recomendadas e perseguimos continuamente o aprimoramento dos nossos controles internos. Nesse contexto, realizamos constantemente ações de melhoria em nossos instrumentos de governança, a fim de alinhar aos objetivos estratégicos de longo prazo. A companhia aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas, descrevendo em seu Comunicado de Progresso as ações desenvolvidas. A Lupatech é signatária do pacto global desde 2018.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Como reportado no transcurso do ano, foram marcantes as consequências do surto da variante Covid Omicron entre o final de 2021 e início de 2022, e logo em seguida os enormes problemas trazidos pela eclosão de surtos de Covid na China, com a imposição de lockdowns draconianos em partes importantes daquele país. Não bastando, tivemos também a deflagração da guerra da Ucrânia em fevereiro de 2022.

Esses eventos tiveram efeitos muito relevantes sobre a nossa cadeia de suprimentos, afetando sobremaneira os tempos de fabricação e de transporte, o capital de giro empregado nas operações e os custos de aquisição de materiais e serviços.

Muito embora a normalização das cadeias produtivas e de transporte venha ocorrendo paulatinamente, grande parte da indústria enfrenta ainda atrasos, custos imprevistos e outros.

O panorama político econômico do país, que era positivo no início do ano, transfigurou-se em uma eleição embebida numa crise institucional que ainda não se dissipou. O panorama macroeconômico de médio prazo permanece incerto, sendo visível que o curto prazo será bastante restritivo do ponto de vista monetário.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em 26 de outubro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção

Riscos Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios.

Riscos de Compliance: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas.

Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem em função da operação, processos internos, sistemas, ativos, infraestrutura, clientes e fornecedores da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua utilização efetiva e eficiente de recursos.

Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

- ii. os instrumentos utilizados para proteção

A política de gerenciamento de riscos implementada pela Companhia tem por premissa a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, por meio da adoção das seguintes ações: (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta; (ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; (iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima; (iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos; (v) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e (vi) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia deve manter uma estrutura responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos aqui descritos, tendo por base o Modelo de Três Linhas de Defesa recomendado pelo *The Institute of Internal Auditors- IIA*

1ª Linha de Defesa: é composta pelos líderes da Companhia e demais colaboradores que executam as atividades finais da Companhia. É responsável por: Identificar, monitorar e implementar diretamente ações de prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar na gestão diária operacional da Companhia, observado o disposto nesta Política; Incorporar as avaliações e aplicar as diretrizes definidas pela 2ª Linha de Defesa; e Reportar à Diretoria informações relevantes no que tange aos processos descritos nos itens (i) e (ii).

2ª Linha de Defesa: é composta pelos Assessores Legais, colaboradores e Comitês que exercem funções de compliance e assessoramento ao Conselho de Administração, e pelas demais áreas internas de suporte à 1ª Linha de Defesa. É responsável por: Identificar, monitorar e implementar, direta ou indiretamente, ações de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar, observado o disposto nesta Política; Analisar os riscos identificados pela 1ª Linha de Defesa e auxiliá-la a desenvolver processos e controles internos de gerenciamento de risco; Fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos; Monitorar a implementação das práticas de gestão de riscos pela 1ª Linha de Defesa; Auxiliar a 1ª Linha de Defesa na implantação; Reportar à Diretoria informações relevantes no âmbito de suas atividades; Analisar e investigar denúncias recebidas, inclusive quando enviadas por meio do canal de denúncia da Companhia.

3ª Linha de Defesa: é composta pela área de auditoria da Companhia, seja uma estrutura de auditoria interna, seja um terceiro contratado para prestação deste serviço, ("Auditoria Interna") da Companhia, responsável por: Atuar junto às demais linhas de defesas no tratamento de desvios e vulnerabilidades identificadas, fornecendo análises independentes sobre a qualidade dos processos de gerenciamento e supervisionando a implementação de ações corretivas ou de mitigação de riscos; Testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos; e Reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria") os resultados das análises independentes e dos testes de efetividade indicados no item (si) acima.

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As responsabilidades se distribuem pela estrutura organizacional da Companhia da seguinte forma:

Conselho de Administração: responsável por (i) aprovar e avaliar periodicamente a adequação da presente Política; (si) supervisionar, em conjunto com o Comitê de Auditoria, a estrutura de gestão de riscos da Companhia e avaliar periodicamente sua eficácia; (ii) assegurar os recursos humanos e financeiros necessários à condução das atividades de gerenciamento de risco; e (iii) aprovar o nível de exposição a risco da Companhia na condução de seus negócios.

Diretoria: responsável por (i) estabelecer as diretrizes estratégicas de apetite ao risco, a serem aprovada pelo Conselho de Administração; (ii) estabelecer e coordenar a estrutura de gestão de riscos da Companhia; e (si) avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (complanei) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Assessores Legais e colaboradores com funções de *compliance*: Tem como responsabilidades testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos.

Comitê de Ética: Tem como responsabilidades testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos.

Canal de Denúncias: Atua de forma independente e objetiva, e reporta-se ao Comitê de Ética.

Líderes e demais colaboradores: Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui normas, procedimentos e políticas, que buscam garantir a confiabilidade dos relatórios financeiros e demonstrações contábeis. Buscamos garantir a ampla transparência de nossos negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a CVM e B3; (v) Traduções de documentos e informes financeiros para investidores estrangeiros, (vi) Apresentações públicas; (vii) Página na internet para investidores; e (viii) relacionamento com analistas e investidores.

A Companhia acredita que os controles relacionados à preparação das demonstrações financeiras possuem níveis aceitáveis de qualidade e confiabilidade para divulgação externa, de acordo com os princípios e normas contábeis aplicados. Contudo é importante lembrar, que controles internos, por melhor que sejam preparados, têm limitações e, mesmo os sistemas avaliados como eficazes, podem não detectar informações incorretas.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas

Cada equipe é responsável por atender as normas e boas práticas em relação aos seus processos e controles.

A área contábil da Companhia é responsável pela revisão das transações, consolidação das informações e adoção das normas contábeis aplicáveis. Assim como, pela elaboração das Demonstrações Financeiras, atendimento a auditoria externa e redação das notas explicativas.

As demonstrações financeiras são submetidas a revisões do Diretor de Relações com Investidores e do Comitê de Auditoria para a emissão do parecer e para a aprovação do Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessários. O coordenador do Comitê de Auditoria é o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Compete a Diretoria de Relação com Investidores a supervisão dos controles internos e das Demonstrações Financeiras, tendo como suporte direto o Departamento Contábil na elaboração, em concordância com as normas contábeis aplicáveis, garantindo o funcionamento dos controles para a divulgação externa dos resultados.

Anualmente os auditores independentes revisam os controles internos e qualquer observação ou recomendação recebida é submetida à análise dos gestores e direção. De forma independente a Companhia, a auditoria externa contratada também possui o papel de verificar a eficiência dos controles internos e processos que refletem nas demonstrações financeiras.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

Para o exercício de 2022 a auditoria independente não fez recomendações ou apontou deficiências em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia busca implementar e aprimorar os controles internos dos seus processos. As observações identificadas pela auditoria independente são revisadas e adequadas, sempre que necessário. Exceto quando depende de investimentos para o qual a Companhia avalia o custo/benefício, visto que estamos numa reestruturação financeira.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os riscos, regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de Integridade são atualizados periodicamente em decorrência de alterações na legislação, implementação de melhorias, bem como, adequações da estrutura interna, a fim de garantir o constante aprimoramento. As principais políticas, código e procedimentos de integridade abrangem:

O Código de Conduta da Lupatech que foi criado originalmente em 2008 e atua como principal instrumento de Integridade que abarca nossos valores, princípios éticos, normas de conduta, e representa o compromisso contínuo de conduzir nossas atividades de forma ética, transparente e em estrito cumprimento as leis vigentes.

O Programa de Integridade da Lupatech é balizado em princípios, diretrizes, leis vigentes e composto por medidas, políticas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção e correção de fraudes e atos de corrupção contra a administração pública ou empresas privadas.

A Política Anticorrupção da Companhia foi elaborada com o intuito de fortalecer os conceitos existentes em nosso Código de Conduta, bem como, estabelecer mecanismos para identificação e mitigação de quaisquer riscos de atos lesivos, tais como desvios, fraudes e irregularidades. A política também abrange as diretrizes e práticas que devem nortear todos os envolvidos com a condução de nossos negócios e foi especialmente pautada pelas disposições contidas na Lei. Nosso Código de Relacionamento com Fornecedor, tem como objetivo alinhar as práticas da Lupatech, junto aos fornecedores e prestadores de serviço a serem observadas, garantindo integridade, transparência e conformidade nas relações da Empresa.

Nossos principais mecanismos de Integridade são:

- ✓ Canal de Denúncias e de Comunicação: Disponibilizamos canais para comunicação com o propósito de esclarecer dúvidas, receber e tratar denúncias, críticas e opiniões que contribuam para o combate a corrupção, desvios éticos e fraudes.
- ✓ Treinamento e a Comunicação interna: A conscientização é fundamental para evitar violações ou qualquer desvio de conduta frente aos valores, princípios e diretrizes da Lupatech.
- ✓ Estabelecimento de regras e limites claros relativos ao oferecimento e aceitação de brindes, presentes e hospitalidades, participação em licitações, entre outros.
- ✓ Definições restritivas no que tange as doações e ou patrocínios
- ✓ Instituição de normativos e procedimentos para assegurar a conformidade com as leis, a correta gestão dos relacionamentos nos negócios da companhia e o esclarecimento relativo as proibições contra suborno e corrupção, entre outros

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5.3 Programa de integridade

O Diretor Presidente da Lupatech tem a atribuição de supervisionar e assegurar a eficácia do Programa de Integridade em conformidade com leis e regulamentos. O Gestor de Compliance é responsável por operacionalizar o programa, pela gestão do dia-a-dia, estabelecendo normas e procedimentos, treinamento e demais instrumentos necessários. Para garantir a autonomia, este reporta-se diretamente ao Presidente da empresa. O Comitê de Conduta Ética da Lupatech dissemina, promove o cumprimento do Código de Conduta, analisa suas violações com total imparcialidade, averiguando soluções e medidas disciplinares de acordo com a gravidade. As responsabilidades do Comitê estão descritas em seu regimento interno e foram aprovadas pela Alta direção e Conselho de administração da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta, o Programa de Integridade, políticas e outros normativos destinam-se ao Conselho, a alta administração, colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, prestadores de serviços, e demais envolvidos com a cadeia de negócios da Lupatech.

É de responsabilidade de todas as pessoas envolvidas com os negócios da Companhia, conhecer o código de conduta, as normas legais e restrições aplicáveis as funções que exercem e atividades que praticam. Mais do que um material de consulta, é uma ferramenta que mostra a melhor forma de atuação e deve ser utilizado como um guia prático de conduta pessoal e profissional.

A Lupatech está comprometida com a atuação ética, transparente e de confiança. Por este motivo, acreditamos que todos os terceiros com que nos relacionamos devem demonstrar os mesmos padrões de conduta.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A companhia possui um procedimento específico para ações disciplinares no caso de descumprimento das políticas, procedimentos e ou violações ao Código de Conduta. As infrações estão sujeitas a aplicação de sanções como advertência, suspensão e poderão incluir a rescisão do contrato ou medidas cabíveis de acordo com a legislação em vigor.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A versão atual do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2021. O endereço para consulta é <https://lupatech.globalri.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Atualmente os canais de denúncia são administrados internamente

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

5.3 Programa de integridade

A Companhia possui canais de denúncias para receber demandas internas e externas através dos e-mails codigodeconduta@lupatech.com.br e compliance@lupatech.com.br, bem como, pela nossa página na internet pelo link: <http://www.lupatech.com.br/canal-de-denuncia>

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A denúncia pode ser anônima ou não. Em todos os casos é garantida a não-retaliação e a confidencialidade. Todas as informações recebidas serão tratadas como sigilosas, sendo preservada a identidade do informante.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As comunicações feitas aos Canais de Denúncias são encaminhadas à Gestão de Compliance e são tratadas em conjunto com a Alta direção e o Comitê de Conduta Ética da Lupatech, que são responsáveis por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais não houve nenhuma ocorrência

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois conforme citado acima, existem políticas e procedimentos vigentes.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações nos principais riscos de mercado ou de gerenciamento de riscos. Contudo, a Companhia formalizou uma nova política em 2022.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.